

DESTAQUES



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
Centro de Estudos e Investigação Científica

**RELATÓRIO
ECONÓMICO
DE ANGOLA**

2012


Texto Editores

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
1. A economia mundial e o enquadramento externo da economia angolana	19
2. Política Monetária e cambial	24
2.1 Objectivos da Política Monetária e Cambial	24
2.2 Mercado Monetário, taxas de juro e agregados monetários	26
2.3 Mercado Cambial e taxas de câmbio	41
2.4 Sistema Bancário	43
3. Nível geral da actividade económica	53
3.1 Considerações gerais	53
3.2 Actividade económica	59
3.3 Análise sectorial do Produto Interno Bruto	64
3.3.1 Agricultura, pecuária e florestas	64
3.3.1.1 Comportamento da produção	64
3.3.1.2 As políticas agrárias	70
3.3.2 Indústria transformadora	78
3.3.2.1 Comportamento da produção	81
3.3.2.2 As políticas industriais	91
3.3.3 Extracção de petróleo	94
3.3.3.1 Comportamento da produção	94
3.3.3.2 As políticas petrolíferas	100
3.3.4 Extracção de diamantes e de outros minérios	105
3.3.4.1 Comportamento da produção	105
3.3.4.2 As políticas diamantíferas	109
3.3.5 Construção e obras públicas	109
3.3.5.1 Comportamento da produção	109
3.3.5.2 Os investimentos públicos	114
3.3.5.3 As políticas de construção	115
3.3.6 Transportes	121
3.3.6.1 Considerações gerais	121
3.3.6.2 A prestação de serviços de transportes	131
3.3.6.3 As políticas de transporte	143
3.4 O sector externo	146
4. As transformações económicas estruturais em Angola e na África Subariana (amostra de 17 países)	151
4.1. Considerações prévias	151
4.2 As transformações estruturais da África Subariana	157
4.2.1 A macroeconomia dos países da amostra	157

4.2.2 Indústria	160
4.2.3 Agricultura.....	173
4.2.4 Os coeficientes de transformação estrutural	180
5. Emprego e produtividade	191
5.1 Introdução.....	191
5.2 Estimativas do desemprego e do valor da produtividade em Angola.....	193
5.3 Estimativas do desemprego até 2017	205
6. Perspectivas de crescimento	211
6.1 A economia mundial e os principais parceiros económicos de Angola....	211
6.2 A economia angolana.....	213
6.2.1 Introdução.....	213
6.2.2 A Mini-Idade de Ouro do crescimento em Angola.....	214
6.2.3 Desafios do futuro e o crescimento sustentado em Angola (2012/2017)	218
6.2.4 As linhas tendenciais de evolução do PIB entre 2000 e 2017	221
6.2.5 O comportamento tendencial do PIB por habitante.....	224
6.2.6 A probabilidade do estado estacionário de Solow.....	227
6.2.7 Um cálculo aproximado à rendibilidade dos investimentos públicos.....	228
7. Resenha dos principais acontecimentos económicos de 2012	232
8. Monografia da situação económica na província do Huambo	270
8.1 Caracterização geográfica	270
8.2 Caracterização administrativa e demográfica	271
8.3 Caracterização económica	272
BIBLIOGRAFIA	293

O Relatório Económico praticamente todos os anos apresenta algumas novidades.

Nos Relatórios de 2010 e 2011 foram apresentadas análises fundamentadas sobre o processo de diversificação económica em Angola, na sequência de uma abordagem preliminar apresentada no Relatório de 2009. Depois de 2009 o sector agrícola passou a ter um tratamento completamente autónomo no Relatório, dada a sua importância. No Relatório de 2012 são as transformações estruturais em Angola em comparação com a África Subsariana que merecem o destaque e que se encontra no ponto 4. Mas também, e pela primeira vez, o sector dos Transportes está incluído no Relatório Económico, dado o seu peso crescente no PIB e a sua posição nevrálgica na matriz de relações inter-sectoriais da economia nacional, sendo o sector agrícola um dos que mais benefícios pode recolher em termos de incremento do seu valor agregado. O sector das Obras Públicas e da Construção vai ser aprofundado a partir do Relatório Económico deste ano, devido ao seu posicionamento como actividade a montante da economia e geradora de economias externas significativas. Mantém-se a análise regional, este ano com o estudo da economia da província do Huambo.

A despeito da imagem externa positiva de Angola – foi conseguida a paz e iniciado um processo de crescimento caracterizado por taxas médias anuais acima de 10% – o país continua a estar associado a índices políticos que o caracterizam como “regime autoritário” (*Democracy Index 2012*) ou “país não livre” (*Freedom in the World 2012*), ou ainda de “falta de transparência” (*Mo Ibrahim Index 2012*), o que, apesar de tudo, não tem constituído obstáculo de maior à entrada de capitais externos.

A empresa de gestão de riscos e corretora de seguros AON identifica Angola como país de risco político “médio elevado” devido particularmente à incerteza da sucessão presidencial que pode fazer perigar os equilíbrios políticos conseguidos entre os membros da família partidária do MPLA. Mas não só. Os investidores estrangeiros apreciam a estabilidade política existente e consideram-na uma garantia para a obtenção de margens de retorno financeiro compatíveis com as suas expectativas.

Existem outros elementos de risco na economia angolana; podem ser lidos na versão integral do presente relatório.

1. A ECONOMIA MUNDIAL E O ENQUADRAMENTO EXTERNO DA ECONOMIA ANGOLANA

O contexto externo geral da economia nacional foi influenciado pela ainda preva-
lente crise económica da economia mundial, que não se conseguiu refazer dos
abalos de 2008 e 2009. Provavelmente não se imaginaria que o *subprime* americano
e europeu tivesse tal repercussão mundial e por tanto tempo.

O panorama geral da economia mundial em 2012 foi o de uma dinâmica relati-
vamente fraca de crescimento, com uma quebra, face a 2011, de 7,9% e a 2010 de
25,5%. As economias avançadas foram e continuam a ser a principal parte deste
problema de crescimento mundial e embora tenham anotado registos positivos de
crescimento dos respectivos PIB, as quebras face à boa situação ocorrida em 2010
foram importantes, em média da ordem de 48%.

O Banco Mundial reconhece estar-se ainda longe de uma recuperação sustentada

da economia mundial e que piores resultados acabaram por ser evitados pelas economias em desenvolvimento, em especial as emergentes: *"Four years after the onset of the global financial crisis, the world economy continues to struggle. Developing economies are still the main driver of global growth, but their output has slowed compared with the pre-crisis period. To regain pre-crisis growth rates, developing countries must once again emphasize internal productivity-enhancing policies"*.

2. POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL

Em 2012, destaca-se a realização mensal do Comité de Política Monetária, que tomou decisões em função da evolução dos indicadores, tendo em vista a redução da taxa de inflação. Por sua vez, a taxa Luibor passou a ser publicada diariamente no portal do BNA para as seis maturidades, tendo em vista constituir um instrumento de referência para a formação de expectativas e tomada de decisões dos bancos e dos agentes económicos. Foram ainda feitos resgates significativos de Títulos do Banco Central (TBC), tendo-se procurado introduzir as operações de mercado aberto para gestão da liquidez dos bancos.

Por outro lado, verificou-se uma coordenação da Política Monetária e Fiscal, que privilegiou a manutenção de taxas de juro baixas, e que, em conjunto com a estabilidade da taxa de câmbio, permitiu promover a estabilidade dos preços. As taxas de juro dos títulos de curto prazo mantiveram-se assim negativas em termos reais, tendo tido o mesmo reflexo nas taxas de juro dos depósitos.

No que se refere à Política Cambial foi possível manter a estabilidade da taxa de câmbio, tendo esta tido uma depreciação de apenas 0,6%. Para tal, contribuiu o aumento das vendas de divisas nos leilões do BNA de 22% face a 2011.

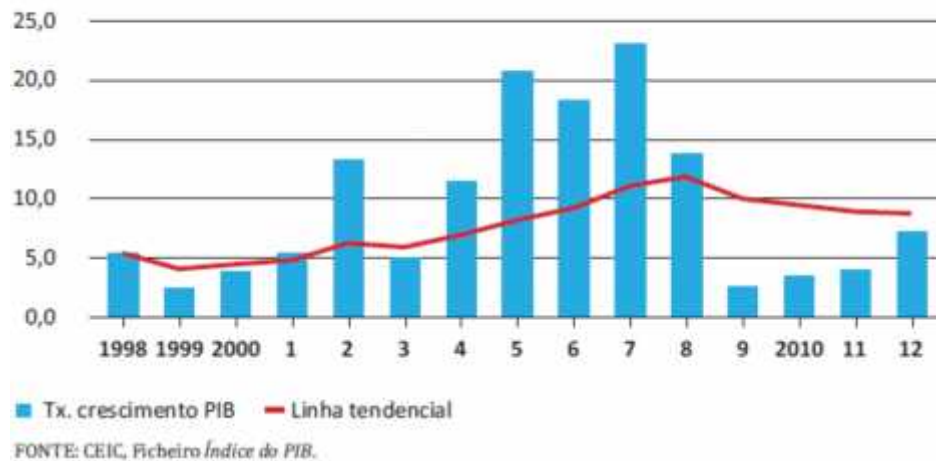
Foi aprovada a lei do Novo Regime Cambial para o Sector Petrolífero (RCSP), que está a introduzir, dentro de um calendário faseado, alterações fundamentais na economia. Foram introduzidas alterações importantes nos regulamentos relativos à realização de operações cambiais destinadas à importação e exportação de mercadorias (Aviso 19/12), assim como outros regulamentos destinados ao controlo cambial.

3. NÍVEL GERAL DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

Uma questão deixada em aberto no *Relatório Económico de 2011* foi a da capacidade da economia nacional retomar níveis médios elevados de crescimento do PIB, semelhantes aos ocorridos durante o que se pode designar a "Mini-Idade de Ouro". Em concreto, perguntava-se sobre a possibilidade de fixar a rota de crescimento futuro em 17% ao ano (taxa média ocorrida entre 2004 e 2008), servindo 2012 como teste. Apontavam-se algumas dúvidas sobre se tal poderia, de facto, verificar-se.

Embora ainda não esteja fechado 2012 em matéria de contabilidade do crescimento, o Governo estimou em 7,4% a taxa de crescimento do PIB, corrigida mais tarde para 7,1% e estimada pelo Fundo Monetário Internacional em 6,8%. Como quer que seja, os receios expressos em 2011 parecem confirmar-se, embora taxas de crescimento em torno de 7% ao ano sejam excelentes, permitindo a duplicação do PIB em cerca de 10,5 anos.

TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO



O gráfico anterior mostra que depois de 2009 a economia angolana está a recuperar, mas ainda longe da sua linha tendencial de crescimento de longo prazo 1989-2012 (traço a vermelho) e bem abaixo da tendência de médio prazo 2002-2008, com uma taxa média de 13%. Ou seja, manter a partir de agora ritmos tão elevados de crescimento exige instrumentos de política económica muito poderosos (em especial nos domínios monetário e orçamental), ambientes institucionais propícios ao investimento privado (o que quer dizer despoluídos de corrupção – que continua a crescer sob modalidades mais sofisticadas – e repletos de transparência e boa governação), infra-estruturas em quantidade e qualidade e com elevados índices de retorno económico e social e melhoria na distribuição do rendimento, de modo a criar-se uma massa crítica de procura doméstica.

3.3.1 Agricultura, pecuária e florestas

Uma vez mais o CEIC chama a atenção para o grave e continuado problema que constitui a falta de estatísticas agrícolas fiáveis para a elaboração de análises credíveis sobre a agricultura angolana. Como tem sucedido em anos anteriores, o CEIC faz recurso, neste relatório, às cifras oficiais do Ministério da Agricultura (Ministério da Agricultura, 2013), procurando, sempre que possível, complementá-las com outras fontes. Recomenda-se aos interessados a consulta dos Relatórios Económicos dos anos anteriores, de 2006 a 2011, onde esta questão é analisada com mais profundidade, mantendo-se actuais os principais elementos abordados.

No ano agrícola 2011-2012 foram cultivados cerca de 5,6 milhões de hectares, o que representa um aumento de mais de 7% (cerca de 400 mil hectares) em relação ao ano anterior (2010/11), quando a cifra era de 5,2 milhões (MINADERP, 2012). Considerando estes números verdadeiros, a superfície cultivada actualmente representa apenas menos de 10% da terra arável total. Não é dada uma justificação para o aumento da área cultivada.

O ano agrícola 2011-2012 foi bastante nocivo do ponto de vista da produção, devido aos efeitos de uma significativa irregularidade climática, fundamentalmente traduzida por prolongados períodos de estiagem, variáveis de umas regiões para outras. Dos 5,6 milhões de hectares semeados, o MINAGRI estima que tenham sido colhidos apenas 3,1 milhões, o que, desde logo, dá uma ideia dos prejuízos causados. Os maiores registaram-se com as leguminosas, oleaginosas e cereais, sendo as fruteiras as que menos sofreram.

3.3.6 Transportes

As infra-estruturas de transporte em Angola sofreram severos danos durante os anos de conflito consequência dos ataques militares e da negligência, provocando a destruição e o encerramento da maior parte da rede rodoviária e de toda a rede ferroviária. Assim, no período imediato ao fim do conflito a dura realidade caracterizava-se por infra-estruturas de transporte destruídas e a ausência de serviços públicos de transporte. As comunidades rurais e urbanas sentiam dificuldades acentuadas no acesso aos locais de trabalho, mercados, hospitais e centros de saúde, escolas e outros locais e a sustentação de um bom nível de vida era uma árdua tarefa.

No entanto, desde 2004, os enormes investimentos na reabilitação e construção de estradas, linhas ferroviárias, portos e aeroportos estão a transformar as infra-estruturas do país e a exercer um efeito positivo na produtividade. O país tem aproveitado a sua prosperidade petrolífera, empréstimos de origem portuguesa e brasileira, entre outros países, e as linhas de crédito chinesas para transformar as suas infra-estruturas. Em 2011, Pushak e Foster (2011) indicaram que a despesa pública em infra-estrutura de US\$ 4.3 mil milhões por ano representava 14% do PIB e 70% do seu total é canalizada para os transportes. A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo (2025) do Governo de Angola continua a dar uma forte ênfase a grandes projectos e a empréstimos para a construção de infra-estruturas (Soares de Oliveira, 2011).

De acordo com o Balanço do Programa de Investimentos Públicos Referentes ao exercício de 2012, elaborado pelo Ministério dos Transportes, os montantes relativos ao Programa de Investimentos Públicos ascendem à quantia de kz 45 145 559 602,44 e foram executados nos subsectores mencionados no gráfico que se segue



Relativamente ao transporte marítimo, destacam-se Luanda, Lobito, Namibe e Cabinda como os principais portos de carga em Angola. O Porto de Luanda é a principal rota do comércio internacional, movimentando cerca de 80% das importações do país e é também o principal centro para as operações actuais de importação de produtos alimentares, para a indústria energética, e para as operações actualmente em franco crescimento de carga geral e de contentores. As operações de movimentação de carga no porto foram concessionadas a quatro operadores independentes (Harding, 2009).

O aumento do tráfego conduziu a congestionamentos sérios em 2007/08 com relatos a indicarem que os barcos tinham de esperar até 500 horas para atracarem, sendo visíveis muitos navios ao largo aguardando a entrada no porto. O Porto de Luanda tem, desde então, beneficiado de investimentos feitos na sua reabilitação, expansão e valorização. Tais investimentos foram financiados por vários investidores, de entre os quais se destaca a Sogester. Tal resultou na diminuição do congestionamento e na melhoria da sua competitividade e eficiência. Não obstante, o Porto de Luanda é ainda conhecido pelos seus atrasos prolongados e pelo precário desempenho comparativamente a outros portos em África (Pushak e Foster, 2011).

Na relação positiva entre o sistema de transportes e o crescimento e desenvolvimento económicos está implícita a questão dos efeitos multiplicadores. A maior deslocação de pessoas e, sobretudo, de mercadorias está a provocar o acelerar do crescimento da actividade económica. Mais questionável é se esses efeitos multiplicadores estão a ser maximizados e, conseqüentemente, de que forma o crescimento do sector dos transportes está a produzir regiões e agentes económicos ganhadores e perdedores e com resultados incertos ou de sinal ambíguo.

É de extrema importância maximizar os efeitos multiplicadores de correntes da relação positiva possível de identificar entre a melhoria dos transportes e o incentivo ao turismo. Não só é importante para o desenvolvimento de muitas regiões periféricas, como também para sustentar o actual crescimento e desenvolvimento económicos.

Da mesma forma que qualquer sociedade caminha de estruturas mais incipientes para outras mais complexas, o sistema de transportes em Angola deverá caminhar de meios mais convencionais para outros mais exigentes em termos de funcionalidade e eficiência.

Neste contexto, recomendam-se alguns princípios para a definição de uma política de transportes em Angola, que podem ser lidos na versão integral do presente relatório.

4. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS ESTRUTURAIS EM ANGOLA E NA ÁFRICA SUBSARIANA (AMOSTRA DE 17 PAÍSES)

De que modo se pode apreciar, avaliar e validar um processo de transformações estruturais? Mormente quando a análise recai sobre economias com uma elevada intensidade de crescimento do PIB durante um período de dez anos. É o crescimento económico factor suficiente para a ocorrência de transformações estruturais? A resposta depende:

- Da forma como esse crescimento é feito, o mesmo é dizer do modelo de crescimento. Crescimento auto-centrado em recursos naturais virado para as exportações pode não ensejar oportunidades de diversificação das estruturas produtivas.
- Das políticas económicas usadas para promover o crescimento da economia. As mais passivas normalmente não engendram oportunidades para a transformação estrutural.
- Da natureza e do estado do capital humano. As transformações estruturais podem ser exigentes em qualificações várias da força de trabalho.
- Do peso das actividades *rent-seeking*, normalmente apresentando taxas elevadas

de crescimento – que influenciam a variação global do PIB – sem induzirem efeitos sobre as restantes estruturas produtivas.

- Do posicionamento e do papel do trabalho no modelo de crescimento. Mão-de-obra barata foi a via seguida por muitas economias asiáticas para a diversificação das suas economias e inserção positiva e competitiva no mercado internacional. Muitas economias africanas, afectadas por elevadas taxas de pobreza, necessitam de utilizar a criação de emprego e o aumento dos salários para melhorarem a distribuição do rendimento nacional.

São vários os aspectos através dos quais os processos de transformação estrutural podem ser apreciados. O indicador mais usado é a produtividade do trabalho, a sua evolução temporal e as suas dinâmicas, diferenças e mudanças sectoriais. Se a eficiência do factor trabalho aumenta ao longo do tempo, então podem ser evidentes os sinais de transformação estrutural, em termos de melhoria dos perfis dos trabalhadores, máquinas e equipamentos, da organização geral da economia, da diversificação produtiva, etc.

O que tem sido observado na África Subsariana é um movimento não uniforme de transformação do sector agrícola: nos países do petróleo os incrementos no valor agregado e na produtividade da agricultura têm sido de fraca expressão, continuando a ser este sector o de maior empregabilidade, o que é consistente com os baixos índices de eficiência económica. Nos países subsarianos não-petrolíferos de rendimento médio os incrementos na produtividade do trabalho na agricultura têm-se apresentado mais sistemáticos e sustentáveis, facilitando, conseqüentemente, as transformações estruturais das suas economias. Nos países africanos a sul do deserto do Sara considerados frágeis (na designação das instituições de Bretton Woods) a produtividade agrícola tem sido das mais baixas e com dinâmicas muito fracas de crescimento, atribuíveis à falta de esquemas conseqüentes de irrigação de terras, penúria de fertilizantes, redução da disponibilidade de terras aráveis (por ocupação urbana ou industrial ou para reserva das elites e classes possidentes) e restrições de infra-estruturas (armazenagem, transporte, estradas e vias de escoamento).

No geral, a agricultura subsariana representa, em média, mais de 50% do emprego total da economia e cerca de 1/5 do Produto Interno Bruto, uma produtividade média de 0,5 unidades monetárias por trabalhador, bastante baixa se comparada com a de outras regiões, como por exemplo o Sudeste Asiático.

Os 17 países subsarianos incluídos na amostra seleccionada para este trabalho têm uma representatividade muito elevada, conforme assinali anteriormente. Em média e para o período 2007/2010, o seu rendimento nacional bruto era de 76% do total da África Subsariana.

África do Sul, Nigéria e Angola (por esta ordem) são as maiores economias deste conjunto de dezassete, com um valor conjunto de mais de 566 mil milhões de dólares de rendimento nacional bruto (cerca de $\frac{3}{4}$ do total). As diferenças entre os países são abissais. A capacidade de criação anual de riqueza varia entre um para o Ruanda e 55 para a África do Sul, a maior economia de África e a mais bem estruturada no sector da indústria transformadora (peso, diversidade de sectores, produtos e serviços, produtividade, qualidade e inserção no espectro das relações comerciais internacionais).

A internacionalização da indústria transformadora africana – medida pela sua participação no Valor Industrial Agregado Mundial – se ca-

raterize por valores e mesmo dinâmicas muito baixas. Isto corresponde à manutenção da situação de marginalização do comércio internacional. A sua participação é muito baixa - 1,2% do VAB mundial da indústria transformadora em 2000 - e mesmo assim ainda diminuiu para 1,1% em 2008, não obstante as relativamente elevadas taxas de crescimento económico. Cifras semelhantes têm sido registadas para a participação das exportações industriais africanas no comércio internacional, em redor de 1% - 1,3%

· O sector agrícola na África Subsariana continua a ser o maior empregador da economia - com algumas excepções de onde sobressaem a África do Sul, as Maurícias - com uma percentagem, como se assinalou já mais atrás de cerca de 50%.

A África do Sul é o exemplo mais consistente de transformações económicas estruturais do conjunto das 17 economias: a taxa de 7,1% de incremento da produtividade agrícola é uma clara evidência nesse sentido, mas eventualmente com um efeito perverso em situações de crise: aumento da taxa de desemprego, quando a manufactura e os serviços não forem capazes de absorver o excedente de mão-de-obra agrícola dispensado pelos ganhos de eficiência do factor-trabalho.

5. EMPREGO E PRODUTIVIDADE

Está-se agora em condições de avaliar se entre 2009 e 2012 foram na verdade criados 1 200 000 novos postos de trabalho no país, conforme constava do Programa do Governo apresentado às eleições de 2008.

No Relatório Económico de 2009 esta questão mereceu uma profunda e séria reflexão, onde se pontualizaram as contradições entre as três variáveis macroeconómicas que integram uma das condições básicas dos equilíbrios macroeconómicos.

Uma primeira dúvida relacionava-se com as informações oficiais de criação de 385255 novos postos de trabalho em 2009, quando a taxa de crescimento do PIB foi de 2,4%. Concluiu-se, então, que - e na medida em que o CEIC não tem condições para medir o emprego nacional - a única forma de acertar as equações de equilíbrio teria de ser pela produtividade. Assim, estimou-se uma perda real de competitividade da economia angolana, nesse ano, de cerca de 3,5% e uma quebra no seu valor nominal de 19,5%. É suficiente compararem-se as taxas de crescimento do PIB e do emprego para concluir pela existência de uma relação muito próxima entre si, confirmando que sem crescimento económico não se pode gerar emprego.

Para que a meta de emprego prometida em 2008 fosse cumprida até final de 2012 e considerando uma variação no valor da produtividade bruta média aparente do trabalho de 7,5%, teriam de ser criados quase 630000 postos de trabalho e o PIB teria de crescer 16,8% (a previsão oficial é de 9,8%).

Portanto, não iria ser possível criar, em termos acumulados, 1 200 000 novos postos de trabalho em quatro anos.

Segundo as estatísticas oficiais, em 2010 terão sido criados aproximadamente 100859 novos postos de trabalho (as estimativas do CEIC apontam para 23881). A cifra oficial suscita a seguinte observação: para que essa cifra tivesse efectivamente ocorrido era necessário que se ajustasse o quantitativo de emprego na agricultura para 5888135. Se assim não se fizer, então pode ter ocorrido uma destruição de emprego de cerca de 150187.

Assim, entre 2009 e 2012, foram criados 623488 novos postos de trabalho, segundo as aproximações do CEIC, ou 700457 de acordo com as informações do

Governo. Em qualquer das situações, muito menos do que os 1 200 000 inscritos na agenda política e económica do Governo.

6. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO

- Depois de um período dourado de crescimento, com taxas médias anuais entre 15% e 17%, o horizonte 2017 pode alterar bastante as expectativas sobre a capacidade de crescimento do país.
- Entre 2012 e 2017 está projectada uma taxa média anual de crescimento de 5,5%, mais de três vezes inferior à do período 2002/2008. Enquanto as primeiras propiciaram uma duplicação do PIB em cinco anos, a última apenas consentirá essa multiplicação em 13,5 anos.
- Ainda que exista real vontade política de o fazer, a melhoria na distribuição do rendimento pode estar limitada pela menor capacidade de crescimento da economia. Isto não invalida, no entanto, que se possa evitar uma maior concentração da riqueza em poucas pessoas e se opere uma substancial transferência de rendimentos de quem tem para quem não tem.
- Os incrementos anuais do PIB por habitante entre 2012 e 2017 serão marginalmente pouco expressivos, em média à volta de 200 dólares por ano. Este panorama não é bom para a melhoria dos rendimentos médios da maioria da população, nem para a alteração das suas actuais condições de vida.
- Pode estar a aproximar-se o estado estacionário da economia nacional, na acepção de Solow. Significa que não haverem condições para o aumento do rendimento médio por habitante, com consequências negativas sobre a distribuição do rendimento e a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Porém, pode haver tempo para se operacionalizarem políticas de inversão desta tendência e os investimentos públicos podem ser um dos instrumentos. Necessita-se de vontade política para reverter os esquemas actuais de acesso à renda.
- Porém, se a rentabilidade das aplicações de capital do Estado nas infra-estruturas não melhorar significativamente, os efeitos sobre o aumento da intensidade de crescimento não se verificarão numa dimensão conveniente.
- A capacidade de crescimento do sector não petrolífero – o alfobre da diversificação da economia – estará reduzida a uma taxa média anual de cerca de 6%, manifestamente insuficiente face aos desafios da diversificação, melhoria das condições de vida, estruturação do mercado interno e da redução do peso do petrolífero.

8. MONOGRAFIA DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA PROVÍNCIA DO HUAMBO

A província do Huambo possui uma superfície de 35 771,15 Km² (2,87% da extensão nacional) e a sua capital é o município do Huambo. Situa-se no Planalto Central, é confinada a nordeste e a leste com a província do Bié, a Sul com a província da Huíla, a oeste com a província de Benguela e a Noroeste com a do Kuanza Sul.

A população da província está estimada em 2 454 875 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 69 habitantes/Km². Huambo foi a província com mais população de Angola até antes da guerra colonial, lugar que passou posteriormente a ser ocupado pela província de Luanda.

No subsolo da província existe, para explorar, manganês nos municípios do Longonjo, Bailundo e Caála; o bário, ferro e fosfatos nos municípios do Bailundo e Caála; o volfrâmio no município do Huambo; o caulino nos municípios do Huambo, Ucuma e Londuimbali; grafite no município da Caála; ouro e cobre nos municípios da Caála e e Ucuma respectivamente. Estudos apontam para a possibilidade de existência de diamantes, prata e minerais radioactivos em algumas regiões da província.

A situação económica da província caracteriza-se por um rendimento relativamente baixo das empresas estatais e privadas, propiciando como consequência um elevado índice de desemprego, o que por si só justifica o baixo poder de compra da população e a consequente implicação negativa na situação económico-social da província. No sentido de ultrapassar actuais constrangimentos económicos e devolver à província a sua importância estratégica nos diferentes sectores económicos o Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2012 era composto por um conjunto 81 projectos que se distribuem de acordo com o gráfico que se segue.

As principais produções de agrícolas são o milho, o feijão, a batata e a massambala. Os municípios com maior produção são o Huambo, com 292 814 toneladas de milho, a Caála, com 74 926 de milho e 26 224 de feijão, o Bailundo com 53 294 e o Longonjo, com 27 167 de milho e 22 206 de feijão. Sobre a área cultivada e rendimentos das principais culturas destaca-se o sector tradicional, que produz as principais culturas alimentares da região (milho e feijão). O sector agrícola empresarial tem pouca expressão em áreas destinadas ao milho devido aos elevados custos de produção desta cultura e os baixos preços praticados no mercado.

A província do Huambo possuía o segundo parque industrial do país representado pelas indústrias metalomecânica, química, de materiais de construção, bicicletas, têxteis, confecções, couros e calçados, alimentação, bebidas e tabaco, madeira e mobiliário.

Relativamente ao sector bancário, a província do Huambo conta com 42 agências e 13 postos de atendimento, dos 18 bancos comerciais implantados na praça. Conta ainda com duas filiais da Instituição parabancária denominada Kixi Crédito, que opera no ramo de microcrédito. Conta igualmente com três filiais da Casa Câmbio denominada Nova Câmbios Angola.

A rede de estradas fundamentais da província é constituída por 1 050 Km, dos quais foram reabilitados de 2008 a 2012, 469,9 Km, o que corresponde a 45% do total. No Plano Estratégico para Terraplanagem em Estradas Secundárias e Terciárias, constam 2 732 Km, dos 4 797,5 Km que a província possui, 638,7 Km já conheceram uma intervenção de reabilitação ou reconstrução. As principais actividades do sector são de carácter cíclico, designadamente o registo e acompanhamento das actividades dos empreiteiros, agentes de fiscalização e projectistas de obras públicas. O quadro abaixo ilustra os quilómetros de estradas asfaltadas.